

INFORME JURÍDICO

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DE SÃO PAULO - DEPARTAMENTO JURIDICO

ANO IV — DEZEMBRO 1992

Nº 23 e 24

SÃO PAULO

Mobilização dos guarani detém projeto de aproveitamento de rios paulistas

A mobilização dos índios guarani de São Paulo conseguiu interromper, no início deste mês de dezembro, a tramitação de um projeto da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), prevendo o aproveitamento dos rios Capivari e Monos, à sudeste da Capital paulista, para abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo.

Uma vez posta em prática tal como concebida originalmente, essa obra interromperia trilhas tradicionais dos guarani e afetaria sensivelmente o regime de vazão do rio Branco, que corta a aldeia indígena do mesmo nome. Além disso, provocaria a inundação de 350 hectares de terras recobertas de vegetação primária da Mata Atlântica.

Mesmo após alterações no projeto — com o cancelamento da segunda etapa de obras —, anunciadas pela Sabesp em outubro deste ano, não haveria garantias de que o modo de vida dos guarani e o equilíbrio ambiental da região não seriam significativamente afetados.

Por duas ocasiões, desde 1990, quando o projeto passou a ser seriamente considerado pela Sabesp, a mobilização dos índios e de organizações da sociedade civil conseguiu impedir que a obra obtivesse todos os requisitos legais para ser efetivamente iniciada.

Desta vez, depois de contatos na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, junto à Comissão de Defesa do Meio Ambiente; com a prefeita Luiza Erundina e seu secretário de Assuntos Jurídicos, professor Dalmo de Abreu Dallari, bem como após contatos com entidades internacionais, os guarani conseguiram adiar, sem novo prazo, a *audiência pública* sobre o projeto.

A *audiência pública* é parte fundamental no processo de licenciamento ambiental de uma obra e, neste caso, foi marcada para 4 de dezembro, às 19 horas, num auditório pouco conhecido da cidade de São Paulo.

Apesar de serem parte interessada, os guarani não foram oficialmente convidados para a *audiência pública*. E, além disso, do mesmo modo que os setores ambientalistas, os índios não concordaram

com a definição tão apressada do assunto, sendo que, agora em meados de dezembro, estará sendo desenvolvido um seminário que vai justamente debater a política estadual de recursos hídricos.

Com a mobilização dos guarani e da sociedade civil, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, chefiada por Édís Millaré, devolveu à Sabesp o *Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (Rima)*, documento principal da *audiência pública* adiada.

Açodamento. Em 1963, iniciaram-se os estudos sobre a bacia do rio Capivari e, sete anos mais tarde, houve continuidade desses estudos, incluindo também o rio Monos — mas somente em 1990 a Sabesp passou a considerar mais seriamente essa possibilidade.

Um novo estudo para utilização dos rios foi iniciado em 1990, tendo sido apresentado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), que, contudo, em parecer datado de dezembro do ano passado, apontou cinco problemas relacionados com a viabilidade ambiental da obra, solicitando complementação dos estudos de impacto ambiental.

Já em 1992, a Sabesp iniciou a revisão do estudo, concluindo-o em maio.

Essa versão atualizada do estudo mostrava que haveria impactos intensos nas duas etapas da obra. Na primeira fase, com uma maior área de alagamento; na segunda, com a interrupção de uma trilha dos índios guarani, e também com a ocorrência de “sensível alteração” no regime de vazão do rio Branco, que atravessa a aldeia indígena Rio Branco.

Frente a isso, os guarani resolveram agir, mostrando o problema para autoridades e órgãos públicos, com o que, novamente, a Sabesp foi obrigada a recolher o estudo.

Adiamento. Em outubro último, houve a apresentação, para a Sema, de uma terceira versão destudo de impacto ambiental, agora acompanhado de pedido de “licença prévia” para implantação do empreendimento mas apenas no que dizia respeito à Etapa I da obra (barragens

/reservatórios do Embura, no Alto Capivari e do Médio Capivari); a Sabesp retirou o pedido para a Etapa II e, além disso, marcou a *audiência pública*, deixando de lado os índios.

A pressa era justificada em razão do “curto prazo disponível, estabelecido em função do cronograma do Bird (Banco Mundial)”. De todo modo, a empresa garantia que a aprovação não prescindiria de novas conversações com os índios e com a entidade ambientalista.

Em novembro, teve prosseguimento a estratégia de apressar a liberação da obra. No jornal econômico *Gazeta Mercantil*, o presidente da Sabesp, Álvaro Paschoal Gabriele, agindo politicamente, afirmou que sua empresa decidiu “alterar significativamente” o projeto, já que havia concluído que “os impactos ambientais seria de difícil mitigação”. Ele explicava, a seguir, que o cancelamento da segunda etapa (obras do rio Monos) afastava a necessidade de inundar trilhas usadas pelos índios para se comunicar entre as aldeias, e afastava, ainda, a necessidade de inundação de área de 350 hectares de vegetação primária da Mata Atlântica.

Nessa aparição, o presidente da empresa deixava de lado a permanência de outros problemas ambientais e, ainda, afirmava que a população indígena era de cerca de 150 pessoas, numa clara omissão dos dados do relatório, que contabilizara 217 guarani, contagem que, segundo os índios já era subestimada.

Foi a mobilização dos guarani — com apoio direto da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a mobilização dos ambientalistas, em especial da Fundação S.O.S. Mata Atlântica que conseguiu reverter o açodamento que a Sabesp quis impor à aprovação do projeto, obtendo o adiamento sem prazo.

Assassinato de Marçal completa nove anos sem julgamento

Em 25 de novembro último, completaram-se nove anos do assassinato do líder guarani-ñandeva do Mato Grosso do Sul Marçal de Souza e, até agora, o caso não foi a julgamento. A impunidade, ao que tudo indica, será prolongada até o próximo ano: novamente, o juiz da Comarca de Ponta Porã, responsável pelo encaminhamento do processo judicial, foi substituído. O novo juiz só deverá tomar posse em meados do mês de dezembro.

O juiz substituído, Antonio Carlos Saldanha, havia julgado procedente a denúncia contra o fazendeiro Libero Monteiro de Lima e Rômulo Gamarra, acusados,

respectivamente, de mandante e executor do crime, e já os pronunciou para júri popular. Contudo, a agenda do Fórum de Ponta Porã ainda não consta a data para reabertura do júri popular.

As entidades atuantes no Mato Grosso do Sul — Centro de Defesa dos Direitos Humanos “Marçal

de Souza”, Associação Kaguataka, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra, Grupo de Apoio ao Índio (Gain) e Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil — articuladas em nível nacional e mesmo internacional, desencadearam

mais uma campanha cobrando “justiça” e “punição aos culpados”, além de exigir o julgamento dos acusados ainda este ano.

A campanha também reivindica demarcação das terras dos índios, homologação das terras indígenas demarcadas e fim da violência no campo.

Os índios e os problemas fundiários do Mato Grosso do Sul

Extensão territorial Estado: 35.054.800 hectares
Famílias sem terra: 75 mil aproximadamente
Número total de índios: 50 mil, aproximadamente (a segunda maior população indígena do País)
Índios desaldeados: 7 mil, aproximadamente
Conflitos indígenas: 13, envolvendo povos Guarani, Kaiowa e Terena.
Áreas indígenas sem demarcação: 11
Suicídios indígenas nos últimos quatro anos: 94 casos, en-

volvendo adolescentes de 13 anos e adultos de até 35 anos
Solução dos conflitos: alguns casos foram resolvidos mediante a interferência do Judiciário, outros com despejo policial, retomada da terra pelos próprios índios e outros com negociações.

Observação: Atualmente, estão vivendo conflitos e ameaças os índios das áreas de Sete Cerros, Jaraguari, Guassutú, Jararã, Panambizinho e Paraguassu.

JUDICIÁRIO

Guarani visitam Tribunal Federal em São Paulo

No dia 23 de outubro último, seis lideranças guarani — das áreas indígenas Jaguapiré, Guasutí, Jaguari, Jarara, Sete Cerros e da Associação dos Índios Desaldeados Kaguataka Marçal de Souza, todos do Mato Grosso do Sul — estiveram reunidas no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sediado em São Paulo.

O objetivo do encontro foi levar ao conhecimento dos juizes federais a situação de conflito, violência e privação em que vivem as comunidades indígenas guarani na-

quele Estado, e solicitar urgência no julgamento de recursos em trâmite no Tribunal relativos a tais áreas.

Participaram do encontro os juizes Pedro Rotta, Edgar Silveira Bueno, Célio Beneditos e o presidente do Tribunal Regional Federal, Homar Cais. Participaram, ainda, a procuradora-chefe da República em São Paulo, Cleide Previtali Cais, o procurador da República Luiz Alberto David Araújo e representantes do Conselho Indigenista Missionário e da Comissão Pró-Índio de São Paulo. A audiência foi solicitada pelo Ministério Público Federal em São Paulo.

Na oportunidade, os guarani apresentaram aos juizes documentos que dão conta da grave situação que enfrentam, incluindo um relatório contendo um quadro demonstrativo dos suicídios praticados pelos guarani desde 1986.

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo

PARA LER

Wayãmu, Ano 1, n.º 1. Núcleo de Educação Indígena-NEI, Boa Vista, RR, setembro de 1992. A proposta deste boletim é a de ser um veículo que sirva para uma intensa troca de notícias e informações entre professores indígenas, suas comunidades, assessores e aliados. Pretende também divulgar a proposta de trabalho do NEI. O primeiro número apresenta um breve histórico do NEI, considerações a respeito do 1.º Seminário Internacional de Educação Indígena e a mobilização dos professores indígenas no Brasil. **Pedidos:** NEI, Praça do Centro Cívico, 471, Centro, CEP 69301-380, Boa Vista, RR.

Barragens na Amazônia, n.º 2, Coordenação dos Atíngidos por Barragens da Amazônia (CABA), Altamira, PA, outubro de 1992. São alguns dos objetivos da publicação divulgar a opinião pública notícias e análises a partir do ponto de vista da luta dos atingidos por grandes projetos na região, bem como conscientizar a população sobre tais questões. É ainda objetivo divulgar a própria luta dos atingidos na Amazônia e no Brasil. A edição aborda a situação da população frente às hidrelétricas de Samuel, Balbina e Itaipara, a migração em Rondônia, o Plano Diretor de Meio Ambiente e a campanha de demarcação de terras indígenas na Amazônia. **Pedidos:** CABA, Rua Agrário Cavalcante, 565, CEP 68371-140, Altamira, PA. Telefone: (091) 515-2490.

Tupari, n.º 40. Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME), Cuiabá, MT, setembro de 1992. 16p. O informativo trimestral do GTME, na edição n.º 40, comemora os 10 anos da publicação. Tupari visa informar sobre os povos indígenas e os trabalhos missionários de solidariedade. São destaques na edição a Campanha Nacional 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, a presença da mulher na luta dos povos indígenas, a autodemarcação realizada pelos índios sakirabiar e as questões teológicas na ação indígena. **Pedidos:** GTME, Caixa Postal 642, CEP 78005-970, Cuiabá, MT. Telefone: (065) 122 7476.

Los Pueblos Indígenas de América Siguen Sufriendo. Anistia Internacional, Editorial Anistia Internacional, Madrid, Espanha. A publicação enfoca as violações dos direitos humanos dos povos indígenas em diversos países do Continente, tendo como marco 500 anos de “sobrevivência aos homicídios em massa”, “enfermidades e privações” dos povos indígenas. O livro é baseado no trabalho da Anistia Internacional em favor dos povos indígenas e pretende examinar o tipo de abusos praticados contra esses povos em anos recentes. Ao final são feitas uma série de recomendações para a proteção de direitos. **Pedidos:** Anistia Internacional, Rua Vicente Leporace, 833, CEP 04619-032, São Paulo, SP.

PARA VER

Vídeos da ABPV. A Associação Brasileira de Vídeo Popular dispõe dos seguintes títulos sobre a questão indígena: 1) Balbina, Destrução e Morte; 2) Cunha; 3) Deni, A Agonia de Um Povo; 4) Karará; 5) Mineração e Desenvolvimento em Áreas Indígenas e 6) O Pó do Veneno. O catálogo do acervo da ABPV pode ser solicitado através do telefone (011)284-7862 ou fax (011)287-2259.

CUPOM DE CADASTRAMENTO

Quero receber Informe Jurídico ☐

Mudança de Dados ☐

Nome _____

Endereço _____

CEP _____ UF _____

Atividade Profissional _____

Organização _____

Função _____

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

Congresso aprova estatutos da Coica e filiação da Coiab

Contando com aproximadamente 100 participantes, entre delegados plenos, delegados frateros e convidados especiais, realizou-se em Manaus-AM, de 16 a 20 de novembro último, o 4º Congresso da Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica).

Além da aprovação do estatuto da Coica, com a escolha do Equador como país sede da entidade, o 4º Congresso aprovou a filiação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), da Federação das Organizações Ameríndias da Guiana, Organização dos Índios do Suriname, Conselho Nacional Indígena da Venezuela e Associação dos Povos Ameríndios, da Guiana.

Conselho Diretivo. Houve eleição para constituição do Conselho Diretivo de Coordenação da Coica, tendo sido eleito coordenador-geral Valério Grefa, da Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (Confeniae), ocupando os quatro postos de coordenação de área Orlandino Baré (Coiab); Evaristo Ikanan, da Associação Intertrônica de Desenvolvimento da Selva Peruana (Aidesp); Segundo Antônio Jacanamejoy, da Organização Nacional Indígena da Colômbia (Oinc) e José Luiz González, do Conselho Nacional Indígena da Venezuela (Conive).

As coordenações de área são Defesa Territorial, Meio Ambiente e Recursos Naturais, Economia e Desenvolvimento e Direitos Humanos e Legislação. Em sua primeira reunião, o Conselho Diretivo de Coordenação decidirá qual a área que cada coordenador assumirá.

Outras duas organizações representadas do encontro foram a Central de Povos e Comunidades Indígenas do Oriente Boliviano (Cidob) e Federação das Organizações Ameríndias da Guiana (Foag, da Guiana Francesa).

Diretrizes e moções. Durante o 4º Congresso da Coica foram também discutidas e aprovadas as diretrizes de trabalho da entidade para os próximos anos, entre quais, as seguintes: Regulamentação do Fundo Fideicomiso (Oxfam America); Ano Internacional dos Povos Indígenas; Aliança para o Clima, Fundo Indígena, Direito à Propriedade Intelectual; Proteção e Regularização dos Territórios; Tratado de Cooperação Amazônica e Problemas Nacionais Mais Graves.

Entre as moções aprovadas, algumas referiam-se ao Brasil. Uma delas é dirigida ao presidente Itamar Franco e exige a imediata demarcação dos territórios indígenas no País.

Outra, é endereçada ao presidente do Congresso Nacional e recomenda a ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Uma terceira moção, também dirigida ao Congresso Nacional, refere-se ao projeto de lei do Estatuto do Índio e reivindica a participação das organizações indígenas em todo o processo de discussão e aprovação dessa matéria.

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Índio não vota em branco

Num levantamento preliminar, a Comissão Pró-Índio de São Paulo identificou uma prefeita, um vice-prefeito e pelo menos 21 vereadores índios, eleitos com o apoio das respectivas comunidades, no processo eleitoral de 3 de outubro último. Outras eleições municipais — e mesmo nas outras esferas de governo — já haviam registrado a vitória de candidatos indígenas, mas esta é a primeira vez que o número de eleitos alcança uma quantidade expressiva.

Os índios recém-eleitos para os cargos majoritários são: a potiguara Iracy Cassiano Soares, filiada ao PDS, com apoio da coligação PDS, PMDB, PL e PFL-Frente Popular, que será prefeita do município de Baía da Traição, Paraíba, onde também se elegeu vereador o índio Rosil; e o ticuna Admício Suzano Bastos, também do PDS, escolhido vice-prefeito de Benjamin Constant, no Amazonas, com 2.521 votos.

Vereadores. Para os cargos proporcionais, egeram-se nada menos que 11 índios ticuna. São eles: Tomaz Albino, Darcy Bibiano Moratu, ambos do PMDB, e Firmino Tomás Albino, do PDC — todos em Tabatinga-AM; Sílvia Almeida Bastos do PDS, em Benjamin Constant-AM; Quintino Marques e Oziel, ambos do PDC e em São Paulo de Olivença-AM; Sílvia Carvalho, Vitor Inácio e Adair, os três do PFL e em Amaturá-AM, e, ainda, Modestino da Silva, do PMDB, e Miguel Eleutério, do PDC, ambos em Santo Antônio do Içá-AM.

Já os macuxi conseguiram eleger José França, professor indígena da Organização dos Professo-

res Indígenas de Roraima, e Augusto Raposo, ambos no município de Normandia, em Roraima. E os kaingang colocaram na Câmara Municipal de Iguacu, no Paraná, o cacique Valdo Correa - PMDB, município de Iguacu-PR. Há ainda a notícia da eleição de um índio tapirapé e dois karajá, todos na Ilha do Bananal, Estado de Tocantins, e de um índio xacriaba, em Itacarambi, Minas Gerais.

Entre os dessana, elegeu-se Henrique Veloso Vaz, do PFL, no município de São Gabriel da Cachoeira-AM. Ele é membro da Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari (Aciru) e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), tendo tido apoio das comunidades.

São Gabriel da Cachoeira. Também com apoio das comunidades, elegeu-se o baniwa Tadeu Américo, do PL de São Gabriel da Cachoeira-AM. Ele é membro da Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana (Aciri) e da Foirn.

Segundo o coordenador da Foirn, Jersen Luciano, as comunidades e organizações indígenas têm lutado muito para chegar para ganhar espaço e participação nas decisões do município. Acredita que os índios indicados e eleitos por suas comunidades realizarão um trabalho que resulte na melhoria das condições de vida dos povos indígenas, dentro da esfera de competência municipal, mesmo que estes índios não disponham de experiência legislativa e partidária. Eles realizarão um trabalho em conjunto com as comunidades e organizações.

Com a palavra, os eleitos

Iraci Cassiano Soares, conhecida por Nancy, tem 48 anos, dois filhos e quatro netos. É vice-prefeita no município e enfermeira, tendo sido eleita vereadora em 1984. Neste pleito, conquistou 1.581 votos.

Ela conta que decidiu ser candidata depois de muita luta dentro de seu próprio partido, que a queria como vereadora, liberando a legenda para o posto majoritário para uma outra mulher.

Confirmando que o maior apoio que recebeu veio mesmo dos índios potiguara, afirma que pretende intervir para solucionar o problema dos arrendamentos na área indígena Potiguara, apesar de ser de competência federal tal solução. Diz também que pretende apoiar a assistência aos índios.

Tem o entendimento de que sua eleição, do ponto de vista da luta dos povos indígenas e de seu povo, “é para melhorar, para proteger mais os índios que vêm sofrendo”.

Potiguara são maioria. Os potiguara são a maioria no município. Segundo o Grupo Mulher-Educação Indígena (Grumín), Nancy terá o apoio de 60% dos vereadores e sua eleição representa uma vitória contra a discriminação e perseguições aos potiguara.

“A Baía da Traição é um balneário, explorado também pelos especuladores da lagosta, camarão e cana-de-açúcar e, por isso, uma zona surda de conflitos. Há décadas que essa situação vem deixando o povo potiguara no mais profundo nível de miséria humana, além de ter causado a imigração de centenas de índios para os centros urbanos”; frisa, em documento, o Grumín.

Messias, vereador. Messias Pereira Batista, índio

sateré-maué, habita a área indígena Rio Andirá e foi eleito, com 160 votos, vereador pelo PSDB em Barreirinha, no Amazonas — município que

conta com 6 mil habitantes, a maior parte dos quais do povo sateré-maué.

A decisão de lançá-lo candidato índios à Câmara Municipal, que conta com nove cadeiras, foi tomada pouco antes das eleições, numa assembléia do Conselho Geral de Tribo Sateré-Maué, que, segundo o próprio Messias, pretendia “sair do abandono”, depois de tantas eleições votando em candidatos não índios.

Outros três índios também apresentaram candidatura, mas sem a indicação da assembléia, sendo que desses, dois são funcionários da Funai — nenhum desses outros elegeu-se.

Proximamente, será realizada nova assembléia do povo sateré-maué, para decidir o que projetos Messias levará à Câmara; um deles, entretanto, já está definido, e conta com o apoio do prefeito, também do PSDB: a criação da Secretaria Municipal para Assuntos Indígenas, que deverá cuidar de assuntos como educação, saúde e agricultura, entre outros.

Secretário geral do Conselho Sateré-Maué, em 1988, e coordenador da Coiab em 1990, Messias é hoje secretário geral do Conselho do seu povo, mas não sabe se continuará no posto, já que que a assembléia deverá decidir se é conveniente sua permanência nos dois cargos.

Ele garante que vem percebendo preconceito pelo fato de ser índio, mas diz que vai defender a todos os municípios, especialmente o seu povo, que, atualmente, enfrenta problemas com a coleta, sem se esquecer dos ribeirinhos, os quais, na sua avaliação, “muitas vezes passam pior que os índios”.

ENTREVISTA: O

Índios preparam
perdas na revisão

Orlando Melgueiro da Silva, do povo Baré, oferece nesta entrevista uma visão panorâmica do Movimento Indígena no Brasil, do qual é um dos principais articuladores. Ele mostra como e por que, a partir dos anos 70, os diferentes povos indígenas vêm buscando ampliar suas organizações regionais e por setores de interesse específico. E vê novas perspectivas com a atuação, em nível nacional, do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas no Brasil (Coiab), da qual é coordenador geral — entidade que terá como principal preocupação em 1993 deter o avanço das forças conservadoras no Congresso Nacional, que querem reverter as conquistas obtidas pelos índios na Constituição de 1988.

Para ele, as poucas ações do governo Collor em favor dos índios foram tomadas no contexto de pressões exercidas desde o Exterior e mesmo internamente. Quanto ao governo Itamar, disse que ainda não tornou clara sua política em relação aos povos indígenas, razão pela qual acha necessário intensificar contatos com representantes dos três poderes — incluindo os ministros militares — e também com o Ministério Público Federal.

Baré afirma ainda que as organizações indígenas do Brasil mantêm forte relacionamento com o movimento indígena latino-americano e internacional e anuncia que, no mês de fevereiro próximo, os índios brasileiros estarão se reunindo para estabelecer uma agenda de ações para marcar o ano de 1993, que, agora em dezembro, será oficialmente lançado pela ONU como "Ano Internacional dos Povos Indígenas".

Informe Jurídico. *Quantas organizações indígenas existem no Brasil?*

Orlando Baré. As organizações indígenas que estão articuladas com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) são 45, e o Conselho de Articulação foi criado por 55 organizações. Atualmente, existem no Brasil mais de 60 organizações indígenas: de mulheres, estudantes, professores, agentes de saúde e as próprias organizações políticas dos povos indígenas.

Informe Jurídico. *Como surgiram essas organizações?*

Orlando Baré. A partir de 1970, a situação dos povos indígenas passou a ser vista sob uma

ótica desenvolvimentista pelo governo federal. Esse processo integracionista trouxe um resultado extremamente negativo para os povos indígenas. Houve uma redução muito grande das populações indígenas; os territórios passaram a ser invadidos de uma forma sistemática, através de grandes projetos econômicos, entre outros projetos. E os povos indígenas começaram a perder a sua autonomia política, econômica e até mesmo cultural.

Nos anos 70, começaram a surgir manifestações e mobilizações dos povos indígenas no sentido de eles se organizarem.

Em 1980, as organizações tornaram-se mais

concretas, com o surgimento da União das Nações Indígenas (Unind), na região de Mato Grosso, depois em Brasília, e, posteriormente, através da UNI Nacional, sediada em São Paulo. Por outro lado, as organizações indígenas começaram a surgir também pelas bases. Mas elas não corresponderam às articulações em nível nacional que, naquele momento, estavam sendo coordenadas pela UNI Nacional.

Em 1987, passaram a surgir ainda mais organizações indígenas, como as de professores, estudantes, as organizações do Rio Negro, no Baixo Amazonas, em Roraima etc. No mesmo ano, também começaram a acontecer grandes mobilizações em nível nacional para a preparação da constituinte, através das organizações indígenas que já haviam sido formadas. Elas passaram

então a coordenar as grandes mobilizações em Brasília em defesa dos direitos indígenas na Constituição.

Informe Jurídico. *E neste momento, qual é a situação?*

Orlando Baré. Atualmente, pode-se dizer que, com o surgimento do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas no Brasil, dá para se ter idéia de novos horizontes de luta para os povos indígenas, principalmente numa época em que as forças conservadoras no Congresso Nacional se mobilizam para rever o tamanho dos territórios indígenas e o Estatuto do Índio.

A gente entende também que o Brasil está passando por momentos extremamente difíceis, principalmente com a mudança de governo. O Brasil se prepara para rever a Constituição. Diante disto, as questões indígenas não escapam, principalmente quando se fala das riquezas minerais e dos recursos naturais que estão nas áreas indígenas.

Tudo isso está sendo visto com bons olhos pelos grandes grupos econômicos e preocupa os povos indígenas. O novo Estatuto do Índio deve considerar as propostas apresentadas pelos povos indígenas, em Brasília, no final de abril deste ano. Algumas das questões consideradas polêmicas da nossa proposta são a demarcação das terras, exploração de recursos minerais e hídricos, e também a questão da autodemarcação.

Entendemos que o movimento indígena no Brasil está crescendo, está se fortalecendo em busca de novos caminhos, novos horizontes. Isso significa um fortalecimento muito grande das organizações e dos povos, para buscarem sua autonomia, a demarcação das terras, economias alternativas e uma legislação mais acessível aos direitos dos povos indígenas.

Informe Jurídico. *Diante das diferenças existentes entre as diversas organizações indígenas, quais as propostas do Conselho de Articulação?*

Orlando Baré. Nós nos preocupamos principalmente com a questão das mulheres indígenas. Sabemos que, com a chegada dos grandes projetos desenvolvimentistas, entre as grandes vítimas estavam exatamente as mulheres. De acordo com várias tradições indígenas, as mulheres possuem força, determinação e formas de trabalho próprios. É preciso que essas tradições continuem vivas. É preciso que o direito da mulher continue, acima de tudo, sendo respeitado. As mulheres estão dando também uma força muito grande para o movimento indígena, principalmente na luta pela demarcação das terras e em relação aos agentes de saúde.

Com o processo integracionista muitas tradições e tratamentos de saúde foram sendo extintos aos poucos, e apareceram novos tipos de

"Com o surgimento do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas no Brasil, dá para se ter idéia de novos horizontes de luta para os povos indígenas, principalmente numa época em que as forças conservadoras no Congresso Nacional se mobilizam para rever o tamanho dos territórios indígenas e o Estatuto do Índio."

INDÍGENA

ORLANDO BARÉ

Resistência contra o constitucional

doenças. Isso resultou numa mobilização intensa dos povos indígenas, para que os agentes de saúde se organizem e juntos passem a trabalhar e exigir os direitos para suas comunidades. As organizações indígenas como a Coiab e o Conselho estão dando apoio no sentido de que os agentes de saúde tenham a sua própria autonomia de trabalho.

O mesmo acontece com relação aos professores. A Comissão de Professores Indígenas do Amazonas e Roraima acabou de realizar o seu quinto encontro em Roraima, onde participaram também os professores indígenas do Acre. A discussão foi bastante importante no sentido de os povos indígenas elaborarem seus métodos de trabalho, calendários e didáticas específicas, de acordo com a cultura e história de cada povo. Na verdade, todos esses movimentos ajudam o fortalecimento das organizações indígenas.

Informe Jurídico. *Como pode ser avaliado o governo Collor e quais são as perspectivas e reivindicações quanto à política indigenista no novo governo?*

Orlando Baré. O governo Collor foi pressionado a demarcar o território Yanomami pelos movimentos internacionais e também pelos movimentos daqui mesmo, do Brasil. Foi uma decisão que ele foi obrigado a tomar. O governo Collor não considerou o pedido de recursos para demarcação das terras indígenas. No dia 5 de outubro do ano que vem termina o prazo para que o governo conclua a demarcação. Se não concluir, o governo vai cometer um crime de responsabilidade. Nós entendemos que o governo Collor atendeu a outros interesses, e não os interesses dos povos indígenas.

Até agora não entendemos qual é a postura do governo Itamar Franco. Isso fez com que a gente marcasse várias audiências em Brasília. Nós estamos querendo conversar com os três poderes: Executivo, através dos ministros; Legislativo, através dos parlamentares e vários partidos políticos, com o Judiciário e também o Ministério Público Federal.

Em outubro, estivemos com o ministro da Marinha e o Estado Maior das Forças Armadas. No final de novembro, estaremos marcando audiências com os ministros do Exército e Aeronáutica, e vamos dar continuidade ao encontro com a Frente Parlamentar Nacionalista no Congresso Nacional.

Vamos dar continuidade à conversa com os

militares, principalmente quando se trata de demarcação de terras na faixa de fronteira. Os militares estão articulando os parlamentares conservadores, e até mesmo parlamentares da esquerda, para que eles ajudem a pressionar a revisão da demarcação das terras. Entretanto, a demarcação de terras na faixa de fronteira não vai colocar em risco a soberania nacional, e nem os índios estão querendo construir estados independentes. Muito pelo contrário, os povos indígenas estão aí também para obedecer a Constituição Brasileira, mas nós queremos acima de tudo que o governo brasileiro obedeça à Constituição. As Forças Armadas não devem opinar sobre o tamanho ou como deve ser feita a demarcação das terras indígenas, a não ser os próprios índios.

Informe Jurídico. *Como as organizações indígenas no Brasil estão articuladas com organizações de outros países?*

Orlando Baré. A luta do movimento indígena em nível mundial é bastante semelhante, principalmente quando se fala na recuperação cultural, terra, saúde e autonomia dos povos indígenas e tradicionais. Os índios no Brasil, Colômbia, Venezuela e outros países latino-americanos também passam pelo mesmo processo: são vítimas de grandes interesses de setores minerais, madeireiros e militares. Diante disso, nós entendemos que as lutas devam ser unificadas. O movimento indígena no Brasil esteve acompanhando as campanhas relacionadas aos 500 Anos e, ultimamente, estamos buscando articulação direta com as organizações indígenas por países.

Essa política deve ser ampliada, e a articulação com as organizações latino-americanas tem que ficar cada vez mais fortalecida; e a partir de

congressos que já estão previstos, estaremos elaborando planejamentos comuns em nível de movimento indígena internacional. Vemos isso com boas perspectivas, no sentido de que os povos indígenas deverão se fortalecer e buscar sua autonomia.

Informe Jurídico. *Já existe alguma proposta concreta com relação a isso?*

Orlando Baré. A partir do último encontro que tivemos em Genebra, na reunião do Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas da ONU, juntamente com 400 outros líderes, nós nos encontramos com as organizações indígenas da América do Sul e nos propusemos o seguinte: em nível de Amazônia brasileira, estaremos elaborando um planejamento comum, ainda este mês (outubro), em Manaus.

No ano passado, já houve um encontro no Alto Uaupés, fronteira entre Brasil e Colômbia, que determinou linhas de trabalho em conjunto. Independente das pressões, os povos indígenas vão continuar e vão intensificar o estreitamento de amizade e também o estreitamento de luta por objetivos comuns, principalmente com relação à questão da terra.

Informe Jurídico. *A ONU declarou 1993 como Ano Internacional dos Povos Indígenas. Quais são os planos para o ano que vem, pensando também que estaremos sob o processo de revisão constitucional?*

Orlando Baré. No dia 10 de dezembro próximo, o secretário geral das Nações Unidas vai proclamar 1993 o Ano Mundial dos Povos Indígenas e haverá manifestações em vários países. No último encontro do Conselho de Articulação foi marcado, para o dia 24 de fevereiro, um encontro onde vamos determinar um agenda de trabalho sobre o Ano Internacional.

Com relação à revisão constitucional, estamos buscando alternativas. Entre elas, formar uma aliança mais firme entre as próprias organizações indígenas, com os movimentos populares e com os parlamentares ligados mais à cau-

sa indígena. Na verdade, o que buscamos é somar forças para que as propostas dos povos indígenas sejam consideradas, e que os direitos que foram garantidos na Constituição de 88 não seja derrotados na revisão do ano que vem.

"Os militares estão articulando os parlamentares conservadores, e até mesmo parlamentares da esquerda, para que eles ajudem a pressionar a revisão da demarcação das terras. Entretanto, a demarcação de terras na faixa de fronteira não vai colocar em risco a soberania nacional, e nem os índios estão querendo construir estados independentes."

Declaração reafirma compromissos do movimento indígena das Américas

De 7 a 12 de outubro último, realizou-se em Manágua, Nicarágua, o *III Encontro Continental da Campanha 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*, do qual participaram aproximadamente mil delegados, convidados e observadores de cinco regiões das Américas: Norte, Andina, Cone Sul, Centro América e Caribe.

Ao final do evento, foi divulgada a *Declaração de Manágua*, na qual se reafirma o compromisso de constituição de um Movimento Continental Indígena, Negro e Popular, sustentado com os seguintes objetivos:

1. "Exigir e defender o reconhecimento e o respeito à nossa autonomia e livre determinação de nossos povos, em particular, o direito à terra e a nossos territórios".

2. Incidir nas políticas educativas, trabalhistas, culturais e econômicas para fortalecer o povo negro e ter ferramentas de defesa contra a discriminação e o racismo, resgatando as raízes negras, e estimular o desenvolvimento de nossa consciência e de nossa identidade.

3. Promover o respeito e o fortalecimento da cultura da mulher e sua incorporação nos distintos espaços sociais, econômicos, políticos e culturais.

4. Lutar para o estabelecimento de um novo modelo econômico alternativo frente à investida do neoliberalismo, utilizando cinco eixos fundamentais: o trabalho, a natureza, a mulher, a identidade e a soberania, tudo isso encaminhado a lograr a formulação de um sistema de economia social na qual os atores protagonistas sejamos nós.

5. Consolidar o processo de solidariedade, coordenação e unidade sob a base do reconhecimento e o respeito à di-

versidade.

Continuidade. Entre as atividades de continuidade, estão previstos, para o próximo ano, além de reuniões regionais, um *Encontro Continental dos Povos Originários* e um *Congresso Latino-Americano de Organizações de Trabalhadores do Campo*.

Em 1994, será realizado o *IV Encontro da Frente Continental de Organizações Comunitárias*, em El Salvador. Em 1995, acontecerá o *IV Encontro Continental da Campanha*.

No País. No Brasil, diversas manifestações marcaram os protestos contra as celebrações dos 500 Anos.

A Articulação dos Povos Indígenas do Leste/Nordeste, em conjunto com entidades que atuam em defesa dos direitos humanos, promoveram protestos em Belo Horizonte, Vitória e Recife. Entre os eventos foram realizadas exposições de fotos, coletivas de lideranças indígenas dos Estados da região. Em Recife, 50 lideranças dos estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba e Pernambuco deram início a uma campanha contra violências praticadas contra os povos indígenas.

Em Manaus, o acontecimento foi debatido em um encontro de lideranças indígenas e em cuja programação ocorreu uma sessão especial na Assembleia Legislativa sobre o tema. A programação foi encerrada no dia 12 de outubro, em Boa Vista, com uma manifestação que reuniu cerca de duas mil pessoas.

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira e Articulação dos Povos Indígenas do Leste e Nordeste.

Cúpula de Madri cria fundo para desenvolvimento indígena

A 2ª Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada no dia 24 de julho, em Madri, Espanha, instituiu o *Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe*, com o objetivo de estabelecer mecanismo de apoio aos processos de autodesenvolvimento de povos, comunidades e organizações indígenas dessa região, dentro do reconhecimento da integridade de seus territórios, de seus direitos fundamentais e de suas características culturais.

Inspirado em experiência do governo da Bolívia, o *Fundo Indígena* propõe-se identificar, preparar e avaliar programas e projetos concebidos por comunidades indígenas, criando condições para seu desenvolvimento autônomo — através da canalização de recursos financeiros de doadores, contribuições de Estados-Membros, organismos multilaterais e bilaterais. Através também da coordenação da oferta de assistência técnica e da atuação como um foro de intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento indígena entre governo, instituições e os próprios índios.

Participação. O *Fundo Indígena* prevê a participação direta dos próprios índios na Assembleia Geral e na Diretoria — duas instâncias decisórias do sistema.

Haverá ainda uma Secretaria Técnica, com sede em La Paz, na Bolívia, para desenvolvimento de atividades administrativas; o quadro de pessoal desse órgão deverá contar com profissionais indígenas. Assinaram o acordo, constitutivo do Fundo, em Madri, os seguintes países: Argentina, Bolívia, Cuba, Chile, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Portugal, República Dominicana e Uruguai. Ratificaram o acordo, até agora, Bolívia, Chile, México, Nicarágua, Portugal e Espanha. A presidência do Fundo está a cargo do governo do México.

Para contatos e informações adicionais: Secretaria Técnica do *Fundo Indígena* — Casilla 6326, La Paz, Bolívia, Telefax (5912)391089, Telefone (5912)35-1221. Fontes: Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Secretaria Técnica do *Fundo Indígena*.

A líder indígena Rigoberta Menchu recebe Prêmio Nobel da Paz

Detentora de reconhecimento internacional por sua luta em defesa dos povos indígenas e dos Direitos Humanos, Rigoberta Menchu Tum, líder do povo Quiché, da Guatemala, foi agraciada, no último dia 16 de outubro, em Oslo, com o *Prêmio Nobel da Paz* de 1992. Com o dinheiro do prêmio — que receberá em Oslo, Noruega, no dia 10 de dezembro —, ela pretende criar uma fundação em memória de seu pai, Vicente Menchu.

As organizações indígenas, negras e populares do continente decidiram impulsionar a candidatura de Rigoberta Menchu ao prêmio Nobel da Paz durante o *II Encontro Continental da Campanha 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*, celebrado na Guatemala, em outubro de 1991.

Naquela ocasião, ao saber do lançamento de sua candidatura, Rigoberta afirmou que o prêmio deveria ser pedido "em memória de nossos heróis, em memória de nossos caídos e em memória de nossas lutas como povos que representamos a diversidade cultural, a pluralidade neste continente e no mundo".

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, de 1 a 14 de junho último, reuniu 178 países e 114 chefes de Estado, além de representantes de 1.600 organizações não-governamentais, como observadoras.

Também chamada Rio-92, nessa Conferência foram aprovados pelos governos cinco documentos, produtos de dois anos de trabalhos e negociações preparatórias: *Declaração do Rio*, 27 princípios sobre obrigações ambientais e direitos ao desenvolvimento; *Agenda 21*, um programa de ação para o desenvolvimento sustentável; *Convenção sobre Mudanças Climáticas*, que prevê a proteção da atmosfera e controle da emissão de gases; *Convenção sobre a Biodiversidade*, que prevê a proteção da diversidade de plantas e animais, e a *Declaração sobre Florestas*, que estabelece regras para o comércio internacional de produtos florestais e usos múltiplos.

Próximo século. A *Agenda 21* é o documento que estabelece um plano de ação para o próximo século; um programa global de política de desenvolvimento e de política ambiental que prevê medidas que deverão ser adotadas pelos governos em todas as áreas relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Como todos os demais documentos preparados durante dois anos que

antecederam a Rio-92, a *Agenda 21* foi muito debatida durante o evento, em busca do consenso e adesões.

A *Agenda 21* está dividida em 40 capítulos e possui cerca de 800 páginas. Diferentemente das convenções e tratados, que quando ratificados internamente pelos países incorporam-se às legislações nacionais, a *Agenda 21* tem efeito de um ato político, de uma declaração de intenções.

Dos 600 bilhões de dólares necessários para custear as medidas propostas na *Agenda 21*, 125 bilhões teriam que ser doados ou emprestados pelos países ricos. Para tanto, cada um deles teria de elevar sua contribuição anual para 0,7% do PIB.

A Agenda 21 e os índios. Existe menção aos índios nos cinco documentos resultantes da Conferência.

A *Declaração do Rio*, por exemplo, acorda com o papel dos povos indígenas na proteção ao meio ambiente. Diz o documento que os povos indígenas e suas comunidades têm um papel vital no gerenciamento e desenvolvimento ambiental em razão de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Recomenda que os Es-

tados reconheçam e devidamente apoiem suas identidades, cultura e interesses e possibilitem sua efetiva participação na realização do desenvolvimento sustentável.

O documento que mereceu maior atenção e intervenções prioritárias no processo preparatório da Conferência, por parte dos povos e organizações indígenas, foi a *Agenda 21*.

Na quarta sessão do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque, EUA, em março-abril deste ano, cerca de 30 organizações indígenas estiveram diretamente envolvidas, e prepararam suas próprias propostas para um capítulo em separado da *Agenda 21*. Tal fato constituiu posicionamento de caráter político, buscando destacar e diferenciar o papel e o reconhecimento dos povos indígenas e de seus direitos, perante outros setores e frente à proposta de desenvolvimento sustentável.

Como resultado de diversas negociações, que tiveram apoio dos governos da Dinamarca, Nova Zelândia e Noruega, a *Agenda 21* reserva um capítulo dedicado exclusivamente aos povos indígenas. Trata-se do Capítulo 26 "Reconhecimento e Fortalecimento do Papel dos Povos Indígenas e suas Comunidades". Existem, ainda, outras referências aos povos indígenas em outros capítulos do documento, como nos tópicos relativos à conservação da diversidade biológica, gerenciamento da biotecnologia, combate ao desmatamento e planejamento e manejo dos recursos naturais.

Texto destaca importância dos índios na preservação ambiental

Este é um resumo do texto do Capítulo 26 da *Agenda 21*, denominado *Reconhecimento e Fortalecimento do Papel dos Povos Indígenas e suas Comunidades*, o qual acha-se dividido em quatro seções:

1. Bases para a ação. Na seção reservada à definição de bases para ação, considera o documento que os povos indígenas e suas comunidades representam uma porcentagem significativa da população global. Diz que os povos indígenas têm uma relação histórica com suas terras e são geralmente descendentes dos habitantes originais dessas terras. No contexto do capítulo, o termo "terras" engloba o meio ambiente das áreas que estas populações habitam tradicionalmente.

Reconhece o acúmulo de conhecimentos, adquirido através de muitas gerações, e a limitação imposta aos povos indígenas de praticar plenamente o desenvolvimento sustentável, em razão de fatores econômicos, sociais e históricos.

Salienta que alguns dos propósitos inerentes aos objetivos e atividades da *Agenda 21* já estão enunciados em instrumentos jurídicos internacionais, tais como: a Convenção nº 169 da OIT, e que estão sendo incorporados na Declaração Universal sobre os Povos Indígenas, que está sendo preparada pela ONU, e que 1993, proclamado pela ONU como Ano Internacional dos Povos Indígenas, constitui ocasião propícia para a cooperação técnica e financeira internacional.

2. Objetivos. Com relação aos objetivos da *Agenda 21*, o documento afirma que os governos e organismos intergovernamentais, ao prestar sua plena cooperação aos povos indígenas, deveriam propor-se instituir um processo voltado a investir-lhes autoridade, mediante:

- A adoção ou fortalecimento de políticas e/ou instrumentos legais em nível nacional;
- O reconhecimento de que as terras indígenas devem ser protegidas contra atividades que prejudiquem o meio ambiente, ou que os povos considerem social e culturalmente inapropriados;
- Reconhecimento de seus valores, conhecimentos tradicionais e prática de gestão de recursos, com vistas a promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente sadio;
- Reconhecimento de que a dependência tradicional

e direta dos recursos renováveis e do ecossistema continua sendo essencial para o bem estar físico, cultural e econômico dos povos indígenas e suas comunidades.

Propõe ainda a adoção de acordos nacionais visando solucionar as controvérsias sobre ordenação de terras, gestão de recursos e promoção de meios de produção ecologicamente racionais. Quando corresponderem, os governos deveriam estabelecer acordos para intensificar a participação ativa das populações e comunidades indígenas na formulação de políticas, leis e programas relacionados à ordenação de recursos, em nível nacional, e outros processos que possam afetá-los, e propiciar que formulem propostas. A participação indígena também é recomendada, em âmbito nacional e local, nas estratégias de ordenação e conservação dos recursos e outros programas pertinentes para apoiar o desenvolvimento sustentável, como outras atividades, sugeridas na *Agenda 21*.

3. Atividades. Sobre as medidas a serem adotadas pelos governos, o documento inicia recomendando que, em conformidade com a legislação nacional, alguns povos e suas comunidades tenham um maior controle sobre suas terras, encarreguem-se da gestão de seus próprios recursos, participem na adoção de decisões relativas ao desenvolvimento que as afetem, e, quando apropriado, participem do estabelecimento e gestão de áreas protegidas. São medidas recomendadas aos governos:

- Considerar a ratificação e aplicação de convênios internacionais relevantes para os povos indígenas e prover apoio à adoção da declaração sobre direitos indígenas da ONU;
- Adotar ou fortalecer políticas e/ou instrumentos jurídicos apropriados, a fim de proteger a propriedade intelectual e cultural e os direitos à preservação de práticas e sistemas administrativos e costumeiros.

A Organização das Nações Unidas e outras organizações internacionais de desenvolvimento e finanças e os governos — apoiando-se na participação ativa das populações indígenas e suas comunidades — devem adotar as seguintes medidas para incorporar valores, opiniões e conhecimentos, inclusive a contribuição da mulher indígena, nas políticas e programas de ordenação dos recursos e outros fatores que possam afetá-los, a saber:

- Nomear um centro de coordenação especial em cada organização internacional e outros mecanismos a fim de

prestar aos governos ajuda para assegurar a incorporação consequente e coordenada das opiniões dos povos indígenas na elaboração e aplicação de políticas e programas;

- Prestar assistência técnica e financeira;
- Fortalecer os programas de pesquisa e ensino dedicados a conseguir maior compreensão da experiência indígena e aplicá-los aos programas atuais de desenvolvimento.
- Contribuir com os esforços dos povos indígenas nas estratégias de ordenamento e conservação dos recursos e outras atividades da *Agenda 21*.

O documento considera também que os governos devam criar e fortalecer os mecanismos nacionais, visando à consulta aos povos indígenas e à cooperação no plano regional, com vistas a reconhecer e aumentar a participação dessas populações no desenvolvimento sustentável.

4. Meios de execução. Os custos estimados para a implantação das atividades são da ordem de 3 milhões de dólares anuais (1993-2000) provenientes da comunidade internacional, a partir de doações ou empréstimos.

Os governos deveriam incorporar, em colaboração com os povos indígenas, os direitos e responsabilidades dos povos indígenas e suas comunidades na legislação de cada país, apropriados à específica situação do país. Países em desenvolvimento podem requerer assistência técnica para implementar estas atividades.

As agências de desenvolvimento internacional e governos devam destinar recursos para educação e capacitação dos povos indígenas a fim de conseguir o desenvolvimento sustentável autônomo e contribuir e participar do mesmo em âmbito nacional. Devem também dedicar atenção especial ao papel da mulher indígena.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo coloca à disposição dos interessados o documento *Os Povos Indígenas no Processo da UnCED, que enfoca a participação dos povos e organizações indígenas no processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, suas propostas e reivindicações e os resultados obtidos. O documento apresenta ainda a participação dos povos indígenas na Rio-92, em junho deste ano, os eventos e documentos produzidos em tais encontros.*

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo.

No início de novembro, a Coordenação das Organiza-

ções Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) divulgou nota mostrando preocupação com a possível reativação do Projeto Calha Norte, que pode afetar cerca de 63 mil índios, de 53 povos diferentes, habitantes de 83 áreas indígenas existentes numa faixa de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, no extremo norte do País.

A nota é uma resposta a notícias veiculadas na imprensa e que mencionam como fontes ministros militares, parlamentares e políticos comprometidos com a idéia.

O Projeto Calha Norte, aprovado pelo presidente José Sarney, em dezembro de 1985, foi elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República e integrado por representantes dos ministérios das Relações Exteriores, Interior e Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Participaram também, como colaboradores, representantes dos ministérios militares e da Fazenda.

O general Bayma Denys, então chefe do Gabinete Militar e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, foi o principal porta-voz do Calha Norte durante o governo Sarney e também considerado o pai da idéia do projeto, que nasceu cercado de sigilo.

"Expressão do poder nacional". Coordenado originalmente pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), depois pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden) e, no governo Collor, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), o Projeto Calha Norte foi concebido como "via de fortalecimento da expressão do poder nacional, verificação de fronteiras, e integração e desenvolvimento da Região Norte". A justificativa do proje-

Coiab não quer reativação do Calha Norte

to é a defesa de 6.500 quilômetros da fronteira com as Guianas, Suriname, Venezuela e Colômbia e da faixa de fronteira (150Km de extensão) ao longo da região Norte, o que resulta numa extensão de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, 14% do território nacional.

Nesta faixa, que vai do Oiapoque (AP) a Tabatinga (AM), vivem cerca de 63 mil índios distribuídos em 54 grupos étnicos, habitantes de 83 áreas indígenas.

Foi no bojo do Projeto Calha Norte que uma série de demarcações restritivas de áreas indígenas ocorreram entre 1987 e 1990, incidindo, sobre terras de ocupação tradicional, a figura jurídica de Floresta Nacional, que foi utilizada pelo governo, inspirado pelo Conselho de Segurança Nacional, para reduzir as terras indígenas da fai-

Previsto para ter a participação de vários ministérios, como Saúde, Educação, Agricultura, Reforma Agrária e Transportes, a idéia acabou-se transformando num projeto exclusivamente militar, voltado para a construção de pistas de pouso e criação de pelotões especiais de fronteira. Com exceção dos projetos militares, os demais sequer foram implantados. Os projetos militares, segundo a Coiab jamais pararam. Para as Forças Armadas, o Calha Norte vem cumprindo seus objetivos visando ao desenvolvimento e à segurança nacional.

As teses sobre "soberania restrita" e "internacionalização da Amazônia" devem ser, no mínimo, avaliadas com profundidade pelos militares, segundo disse à imprensa o novo ministro do Exército, Zenildo Zoroastro de Lucena.

O ministro defende o aumento do poderio militar na Amazônia Legal. Segundo ele, no início de 1993 serão levados à Amazônia uma brigada e dois batalhões. Dois batalhões serão transferidos da região Sul e serão instalados em Tefé (AM) e Cruzeiro do Sul (AC). Um batalhão de Cruzeiro do Sul será transferido para Rio Branco (AC).

"Com isso, acreditamos que o Calha Norte possa ser efetivado, pois é de fundamental importância para o País", afirma Zoroastro. A integração e a manutenção da soberania sobre a Amazônia são argumentos arrolados pelo ministro para defender o Calha Norte. Para ele, dezenas de povoados surgiram graças aos pelotões implantados. Na verdade, essa é uma das teses que sustentam o Calha Norte: os quartéis são considerados como pólo de desenvolvimento na região.

Nota repudia tese do integracionismo

"No momento em que se inicia uma nova fase na conjuntura nacional, onde setores da sociedade buscam novas alternativas coerentes com a realidade, na perspectiva de uma democracia plena, sem elos com os fracassos e decepções do passado, ressurgem uma antiga corrente ideológica essencialmente militar formalizada no Projeto Calha Norte.

A onda em torno da reativação do Calha Norte vem ser assunto de muita preocupação e de dúvida quanto aos seus objetivos e eficácia junto aos povos indígenas da faixa territorial envolvida pelo referido projeto.

Essa insatisfação é clara, uma vez que o Projeto Calha Norte, quando colocado em prática anteriormente, não trouxe benefícios sociais, nem crescimento econômico e demarcação plena de terras indígenas, como não houve a conclusão dos programas e obras sociais, estas hoje imprestáveis ou desativadas.

Será que os termos *integração*, *miscigenação* e *aculturação*, expressados pelos militares e demais pessoas que seguem esta corrente, não são sinônimos de "marginalizar" os silvícolas, como se não bastasse a grossa camada de descamisados que assola nosso país? Se o integracionismo é isso, nós o repudiamos.

As populações indígenas não são a favor de uma política de "geladeira", como também não são a favor de projetos governamentais acabados sem nenhum entendimento, semelhantes ao Calha Norte; e sim, pelo diálogo, pelo reconhecimento de

suas culturas diferenciadas, a garantia e demarcação de suas terras, o desenvolvimento econômico racional sem a coação agressiva dos interesses do capitalismo selvagem, e, acima de tudo, sem ferir a soberania nacional. Isto derruba todas as teses da internacionalização dos índios amazônicos, que muitos racistas usam para denegrir a imagem do índio, visando apenas altos interesses nas terras indígenas, pois acreditamos que o tamanho das áreas territoriais tradicionais solicitadas para demarcação não contraria a Constituição e muito menos a soberania.

Em síntese, a reativação do Projeto Calha Norte deve ser bastante analisada e discutida. O diálogo e o entendimento entre as partes envolvidas é essencial e vital, principalmente aos indígenas da faixa territorial englobada no projeto, para evitar consequências drásticas no futuro. É hora de mostrar que o País está mudando e concientizando, e isto implica várias posições, como buscar alternativas e soluções dos problemas em consenso e não por imposições de certos políticos, governantes e militares, pois isto certamente refletiria um comportamento de um país do Terceiro Mundo e subdesenvolvido até no trato e respeito com os seus cidadãos, e, de um ângulo especial, aos habitantes milenares do Estado brasileiro".

Fontes: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI).